

REVISTA

Biblioteconomia do Brasil

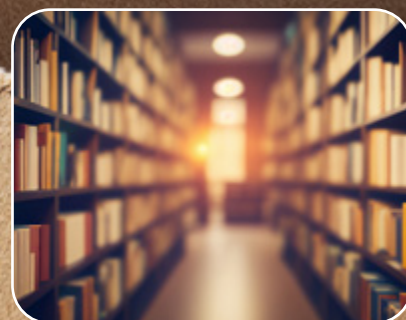
Publicação do Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia – CFB/CRB



Boas práticas em bibliotecas escolares pelo País



Gamificação em bibliotecas escolares



Biblioteca escolar: desafios e perspectivas

DIRETORIA

Presidente: Dalgiza Andrade Oliveira CRB-6, Vice-presidente: Hamilton Vieira de Oliveira – CRB-2, Diretora Administrativa: Kelly Castelo Branco da Silva Melo – CRB-7, Diretora Técnica: Rita de Cássia Alencar – CRB-3, Diretora Financeira: Andréa Batista de Souza – CRB-4

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Legislação e Normas (CLN)

Comissão de Legislação e Normas (CLN) | Valéria Aparecida Bari – CRB-5 (coordenadora) | Alexander Borges Ribeiro – CRB-10 | Rita de Cássia Alencar – CRB-3

Comissão de Divulgação e Valorização Profissional (CDV)

Alexander Borges Ribeiro – CRB-10 (coordenador) | Hamilton Vieira de Oliveira – CRB-2 | Rita de Cássia Alencar – CRB-3

Comissão de Tomada de Contas (CTC)

Fábio Lima Cordeiro – CRB-1 (coordenador) | Maria Marta Sienna – CRB-9 | Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15

Comissão de Ética Profissional (CEP)

Leonardo de Oliveira Cavalcante – CRB-15 (coordenador) | Fábio Lima Cordeiro – CRB-1 | Daniella Camara Pizarro – CRB-14

Comissão de Licitação (CLI)

Alessandra Atti – CRB-8 (coordenadora) | Ailton Moreira da Rocha (pregoeiro) | Tatiana de Paula Martins de Souza

Comissão de Ensino e Formação Profissional (CENF)

Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13 (coordenadora) | Daniella Camara Pizarro – CRB-14 | Kelly Castelo Branco da Silva Melo – CRB-7

Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas (CBEP)

Hamilton Vieira de Oliveira – CRB-2 (coordenador) | Leonardo de Oliveira Cavalcante – CRB-15 | Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15

Comissão de Fiscalização (CFI)

Lucimar Oliveira Carneiro da Silva – CRB-5 (coordenadora) | Alessandra Atti – CRB-8 | Andréa Batista de Souza – CRB-4

Comissão de Avaliação de Documentos (CPAD)

Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15 (coordenadora) | Kelly Castelo Branco da Silva Melo – CRB-7 | Lucimar Oliveira Carneiro da Silva – CRB-5 | Ailton Moreira da Rocha

COMISSÕES E GRUPOS TEMPORÁRIOS

Comissão de Diversidade e Acessibilidade

Valéria Aparecida Bari – CRB-5 (coordenadora) | Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13 | Daniella Camara Pizarro – CRB-14

Comissão de Gestão por Indicadores e Relatório para o TCU

Kelly Castelo Branco da Silva Melo – CRB-7 (coordenadora) | Andréa Batista de Souza – CRB-4 | Maria Marta Sienna – CRB-9

Comitê de Compliance do Sistema CFB/CRB

Fábio Lima Cordeiro CRB-1 (coordenador) | Lucimar Oliveira Carneiro da Silva – CRB-5 | Leonardo de Oliveira Cavalcante – CRB-15 | Cláudio Northon Álvares de Castro

GT Bibliotecas Públicas

Alessandra Atti – CRB-8 (coordenadora) | Andréa Batista de Souza – CRB-4 | Maria Marta Sienna – CRB-9

Ouvیدoria

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – CRB-7

FUNCIONÁRIOS: Roberto Barros Cardoso – Gerente Executivo | Cláudio

Northon Álvares de Castro – Consultor Jurídico OAB/DF 52.491 | Ailton Moreira da Rocha – Auxiliar Administrativo | Tatiana de Paula Martins de Sousa – Assistente Administrativa

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB

CFB SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079, CEP 70.719-900, Brasília-DF. Telefones: (61) 3328-2896 / (61) 3328-2080 | www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

REVISTA Biblioteconomia DO BRASIL

Produção: Contatus Publicidade | 77 3434-0087 |

relacionamento@facacontatus.net.br

Supervisão: Luiz Ribeiro e Daiane Bruna; Editor: Bárbara Morais; Redação: Samilly Lima; Revisão: Bruna Dantas; Atendimento: Bárbara Morais; Edição Eletrônica: Marcio Lopes; Curadoria fotográfica: Bárbara Morais e membros do CFB; Fotos: Acervo CFB, Alexander Borges Ribeiro | Hamilton Vieira de Oliveira | Rita de Cássia Alencar.

Editorial

A Hora e a Vez da Biblioteca Escolar e de reafirmar compromissos

A Biblioteca Escolar é um dos principais temas deste número da nossa revista “Biblioteconomia do Brasil” e, assim como a Biblioteca Pública, tema de destaque do número anterior, ela possui função social exponencial, na medida em que integra o processo educativo e, potencialmente, é determinante para a qualidade da educação e da cidadania das sucessivas gerações.

A gamificação, objeto de uma das matérias deste número, aparece como uma estratégia, que se soma a outras, utilizada em diferentes tipos de biblioteca, capaz de contribuir para tornar atraente a leitura que emancipa e desenvolve, num contexto de desleal concorrência com os atrativos que, freneticamente, nos chegam via telas. Nossa literatura especializada já apresenta indicações de sua efetividade como aliada nessa luta em favor do desenvolvimento humano.

A matéria alusiva aos 60 anos de criação do nosso Conselho



Dalgiza Oliveira
Presidente da
20ª Gestão
CRB-6/1577

Profissional inspiradora e mostra como bibliotecários abnegados atuaram orientados pela convicção de que somos uma profissão que, por meio da mediação da informação de qualidade, constitui-se como essencial para o desenvolvimento pessoal e social. De certo somos a cada dia desafiados a honrar esse legado de comprometimento.

As matérias finais tratam do que o sistema CFB/CRB está fazendo em prol da Biblioteconomia do Brasil. Ao combinar a função fiscalizadora dos Conselhos Regionais com a busca pelo aprimoramento das políticas públicas federais para as bibliotecas, materializamos nossos compromissos ao tempo em que conclamamos todas as entidades da Biblioteconomia Nacional, cada uma em sua especificidade, para uma ação colaborativa em favor do fortalecimento das bibliotecas, no melhor interesse social.



Sumário



Boas práticas em bibliotecas escolares pelo País

Inspiração, afeto e conhecimento: experiências que mostram como bibliotecas de diferentes regiões do país estão reinventando a relação entre leitura, escola e comunidade escolar

4



Gamificação em bibliotecas escolares

Quando a leitura vira experiência

10



60 anos do Decreto de Regulamentação da Profissão de Bibliotecário

Entre memórias, identidade e futuro

15



Biblioteca escolar: desafios e perspectivas

20



Quadro de Notícias

23

Boas práticas em bibliotecas escolares pelo País

Inspiração, afeto e conhecimento: experiências que mostram como bibliotecas de diferentes regiões do país estão reinventando a relação entre leitura, escola e comunidade escolar

Por todo o país, há bibliotecas escolares que não apenas emprestam livros, mas cultivam cidadãos, constroem memórias e despertam o desejo de aprender. São espaços que respiram afeto, curiosidade, pertencimento e que mostram, em cada canto, o quanto a atuação bibliotecária é capaz de transformar realidades.

Nesta edição, a Revista de Biblioteconomia reúne experiências regionais que sintetizam essa potência: do empreendedorismo literário na Amazônia às práticas de pesquisa no Centro-Oeste, da comunicação digital no Nordeste à reinvenção do espaço escolar no Sul.



Amazônia que escreve: a biblioteca como sementeira de autores

**Clivia Raiol (CRB2: 1359) –
Biblioteca do CEMP, Belém (PA)**

Na Biblioteca do Centro Educacional Mundo do Peteleco, a palavra é um ato de criação.

A bibliotecária Clivia Raiol encontrou nas histórias infantis

o caminho para unir leitura, cidadania e protagonismo. De lá nasceu o Clube da Leitura, um coletivo formado por alunos de 7 a 10 anos eleitos democraticamente, com urnas cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, para representar a leitura e a biblioteca dentro das turmas.

“O objetivo é estimular a leitura e oferecer aos alunos uma educação para cidadania, para que tenham consciência da participação democrática desde cedo”, explica Clivia.

Outros projetos reforçam esse propósito: o Lendas em Vídeo, festival que valoriza o folclore brasileiro por meio da produção audiovisual dos alunos, e a Feira de Livros, organizada

A ESCRITA MOVIDA PELO AFETO.



Oficina na Livraria Travessia.

pela própria biblioteca e pelo Clube da Leitura. São dias em que os corredores da escola se transformam em feira, palco e vitrine - com escritores locais, apresentações culturais e, sobretudo, lançamentos de escritores mirins.

Esses pequenos autores nascem na Oficina Brilhante Ideia, iniciativa empreendedora criada por Clívia.

“A Brilhante Ideia surgiu quando notei o interesse dos alunos em contar e escrever pequenas histórias. Percebi aí uma oportunidade de empreender e oferecer a mais crianças a chance de viver a experiência completa de um autor profissional”, conta.

“Auxiliamos no processo criativo, nas ilustrações, na publicação e até no evento de autógrafos. E parte das obras é doada para o acervo da biblioteca e de instituições carentes.”

Entre um autógrafo e outro, o que se

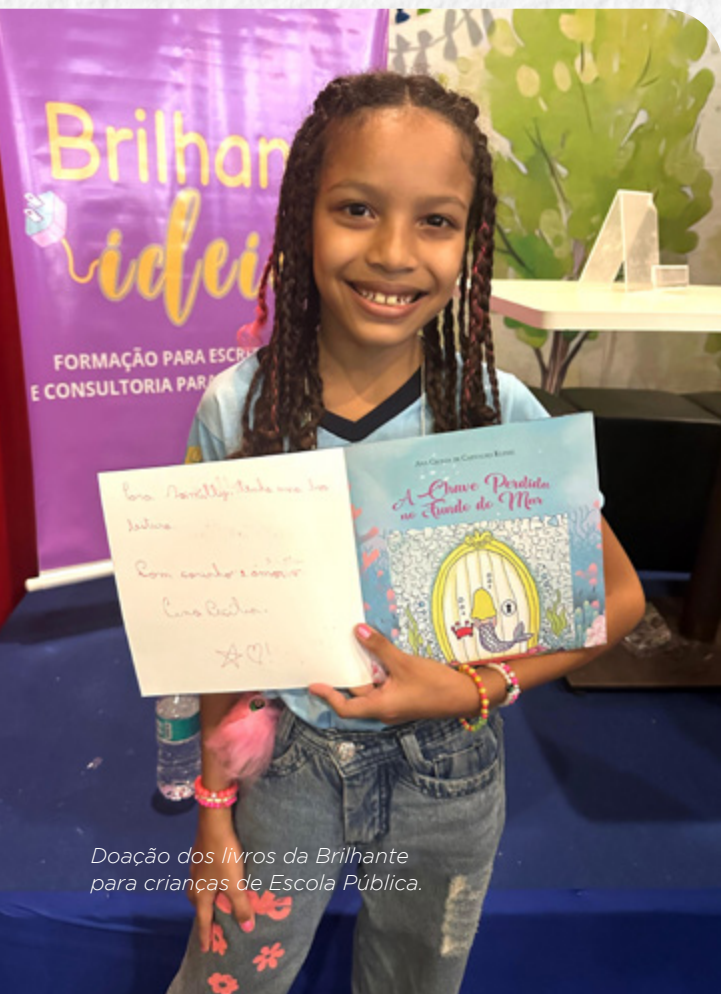
aprende é mais que gramática: é autoestima, expressão e consciência de que a palavra tem poder transformador.

Pesquisa, memória e pertencimento: a escola que nasceu nos braços do povo

Maria Marta dos Santos - Escola Estadual Lino Villachá, Campo Grande (MS)

No bairro Nova Lima, em Campo Grande, a Biblioteca Escolar Fonte da Juventude é muito mais do que um espaço de leitura: é um laboratório vivo de memória e pesquisa.

A bibliotecária Maria Marta dos Santos, estrutura sua gestão com base na Resolução nº 220/2020 do CFB e nos Parâmetros do GEBE/UFMG (2010), traduzindo a teoria em práticas que fortalecem o vínculo entre biblioteca, professores e estudantes.



Doação dos livros da Brilhante para crianças de Escola Pública.

“A biblioteca é o coração da escola, mas também sua memória viva. Cada dado, cada registro e cada livro nos ajudam a compreender quem somos e para onde queremos ir”, afirma Maria Marta.

Com um acervo de 4.196 obras — 3,51 títulos por aluno, a unidade supera os padrões exigidos pela Lei nº 14.837/2024, que criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Mas, mais do que números, o diferencial está na metodologia: a biblioteca é gerida por ciclos de pesquisa in loco, que diagnosticam e aprimoram continuamente seus serviços.

“Essas pesquisas nos permitem evoluir com base na realidade da escola. Diagnosticamos, intervimos e medimos os resultados, sempre

em diálogo com professores e alunos.” destaca a bibliotecária.

A equipe conduz estudos sobre acessibilidade informacional, planejando a inclusão de tecnologias assistivas - leitores adaptativos, *tablets* e digitalização de acervo - para garantir que todos os alunos possam acessar a leitura em igualdade de condições.

comunidade que ergueu esta escola com as próprias mãos.”

O trabalho dialoga com o legado do poeta Lino Villachá (1938-1994), cuja obra inspirou o Centro de Memória Escolar, um espaço de resistência cultural e valorização da história local.

Das pesquisas realizadas nasceram projetos como o Encontro com Escritores, que



A professora de História Karinne Martins Esteves acrescenta:

“Nosso Centro de Memória ajuda a ressignificar a história da escola e da comunidade. Trabalhamos com fontes históricas e com a literatura local como instrumentos de resistência cultural e de pertencimento.”

Já o diretor Olívio Mangolim, reforça a dimensão institucional da iniciativa: *“A modernização da escola e da biblioteca veio acompanhada de um compromisso com a preservação da memória. A história do nosso patrono, Lino Villachá, é também a história da*

aproximou os alunos de autores regionais e culminou na produção de uma antologia literária dos alunos-autores, transformando experiências de leitura em autoria e protagonismo.

“Cada livro que passa pelas mãos das crianças é também um testemunho de memória coletiva”, resume Maria Marta.

Nessa escola que “nasceu nos braços do povo”, a biblioteca é a guardiã da história - e, ao mesmo tempo, a janela aberta para o futuro.



Pertencimento e afeto: a nova Lassalleoteca

**Vanessa Ramos (CRB10: 2810)
Escola La Salle Santo Antônio,
Porto Alegre (RS)**

No coração do Colégio La Salle Santo Antônio, a Lassalleoteca foi inteiramente reformada para se tornar um espaço de convivência, estudo e encantamento.

O projeto arquitetônico envolveu não apenas as bibliotecárias Vanessa Ramos e Gislene Sapata Rodrigues (CRB10: 1997), mas também os estudantes, que participaram de grupos de trabalho para desenhar a “biblioteca ideal”.

“Queríamos que cada aluno se sentisse parte do processo, para manter vivo o sentimento de pertencimento”, relata Vanessa.



Com mais de 1.800 alunos, a escola investiu em ampliar o espaço e diversificar suas práticas: hora do conto, clubes do livro, piqueniques literários, oficinas de iniciação científica e encontros com autores compõem a rotina da biblioteca. O evento mais aguardado é o Mês do Livro, quando toda a comunidade escolar celebra a literatura em múltiplas formas.

“O apoio da escola é vital. O Mês do Livro é um momento de celebração coletiva da leitura, que envolve professores, alunos e famílias”, destaca.

Após a reinauguração, a Lassalleoteca viveu uma “invasão feliz”: foi preciso ampliar a equipe para atender ao fluxo intenso de alunos.

“Foi lindo ver os estudantes tomarem o espaço como deles. Tivemos que organizar uma maratona de treinamentos e ampliar a equipe para garantir um uso consciente e qualificado”, conta.

O resultado é um ambiente vivo, que inspira confiança e curiosidade.

“O legado que queremos deixar é de amor - amor pela nossa profissão e pelas parcerias que construímos com professores e estudantes. A biblioteca é o coração da escola, e nosso papel é fazê-lo pulsar com afeto e conhecimento”, conclui Vanessa.





A voz que ecoa nas redes: o digital como extensão da biblioteca

Elani Araújo (CRB3: 1467)- “Dica de Bibliotecária”, Teresina (PI)

Quando a bibliotecária Elani Araújo criou o perfil @dicadebibliotecaria em 2019, queria apenas compartilhar dicas de leitura com os pais dos alunos. O que nasceu como uma iniciativa simples, se transformou em um movimento de valorização da profissão e de visibilidade para as bibliotecas escolares.

“O Dica surgiu quando percebi que não dava tempo de conversar com os pais sobre livros durante o atendimento. Então resolvi



indicar pelo Instagram o que não cabia nas conversas rápidas da escola”, explica.

“Percebi que podia mostrar uma biblioteca viva — e que os pais se sentissem parte dela”, lembra. O impacto foi imediato: famílias começaram a procurar a escola ao conhecerem nas redes os projetos desenvolvidos nas bibliotecas.

Um dos mais emblemáticos é ‘Minha família também conta histórias’, em que pais são convidados a narrar contos para as turmas dos filhos, fortalecendo laços e ampliando o olhar das crianças sobre o poder da palavra.

Elani acredita que a presença digital é hoje uma responsabilidade profissional.

“Somos profissionais da informação e, se o nosso público busca informação no mundo virtual, é lá que também devemos estar. Quem não ocupar esse espaço vai se tornar obsoleto.”

Com leveza e propósito, ela mostra que a comunicação digital também é uma forma de mediação de leitura, capaz de inspirar e formar novas gerações de leitores, dentro e fora da escola.



Entre o livro e a vida

As experiências de Clívia, Maria Marta, Vanessa e Elani revelam uma Biblioteconomia viva, humana e transformadora.

Em cada uma dessas histórias, a biblioteca se torna mais do que um espaço físico: é um organismo em movimento, que acolhe, ensina, conecta e emociona.

Em Belém, Clívia transformou a curiosidade infantil em autoria e cidadania; em Campo Grande, Maria Marta e sua equipe fizeram da pesquisa uma ponte entre o conhecimento e a memória coletiva; em Porto Alegre, Vanessa redesenhou o espaço da biblioteca para que o afeto também fosse método; e, em Teresina, Elani levou para as redes sociais a voz que ecoa das prateleiras, mostrando que a mediação de leitura também acontece no digital. Cada uma, à sua maneira, reafirma que a biblioteca escolar é múltipla, sensível e enraizada na realidade de quem a frequenta.



O que une essas narrativas é a força humana que as sustenta: o olhar atento de profissionais que compreendem que educar é também emocionar, incluir e criar pontes. São bibliotecas que extrapolam seus muros, que se abrem à comunidade, que inspiram a escrita e a escuta. Lugares onde a leitura é ação, onde o conhecimento se torna experiência e onde a esperança

- silenciosa, mas constante - é o fio que costura cada página dessas histórias.

Elas provam que a leitura pode nascer de uma urna eletrônica, de um *tablet*, de um tapete de grama sintética ou de um *post* nas redes sociais - porque o essencial continua sendo o mesmo: a força das pessoas que acreditam que ler é, antes de tudo, um ato de esperança.



Gamificação em bibliotecas escolares

Quando a leitura vira experiência

Transformar a leitura em uma aventura, criar enigmas a partir de livros clássicos e aproximar estudantes da biblioteca por meio de jogos. Essa é a proposta da gamificação, estratégia que vem ganhando espaço nas bibliotecas escolares brasileiras como forma de engajar novos públicos e ressignificar a relação dos jovens com os livros.

Na edição 91 da Revista de Biblioteconomia, reunimos relatos de dois profissionais que têm se destacado nessa área: Jonas Borges de Castro (CRB1: 2873), bibliotecário em Brasília, e Liége Alves (CRB10: 2494), bibliotecária no Rio Grande do Sul. Ambos compartilham experiências, que mostram como a gamificação pode ser uma poderosa ferramenta pedagógica e cultural.



Da gincana literária ao universo geek: a experiência de Jonas

Apaixonado por jogos desde a infância, Jonas levou essa vocação para dentro da biblioteca escolar. Sua primeira grande iniciativa foi uma gincana literária inspirada na mitologia grega, em que cada atraso na devolução de livros se transformava em uma “prisão na Ilha de Calypso” e cada desafio cumprido rendia pontos ou “flechas de Ulisses”.

O projeto evoluiu com novas temáticas. Em um dos anos,

Jonas criou a narrativa de que a biblioteca havia se tornado uma base secreta dos Vingadores. Para recuperar as Joias do Infinito, os alunos precisavam resolver enigmas que, na prática, apresentavam as normas da biblioteca. A estratégia garantiu que estudantes lessem o regulamento, de forma leve e participativa.

Outras experiências exploraram gêneros literários. Com o tema do romance policial, os alunos tornaram-se detetives, investigando “casos” que eram, na

verdade, resenhas de livros. Já na edição voltada para a ficção científica, cada obra representava um planeta e os leitores construíam naves personalizadas à medida que avançavam nas leituras. O impacto foi imediato: livros de Agatha Christie e títulos de ficção científica deixaram de acumular poeira nas prateleiras e passaram a circular intensamente.



Jonas Borges

Para Jonas, o maior resultado foi perceber que alunos que não tinham o hábito de frequentar a biblioteca passaram a enxergá-la como um espaço vivo e dinâmico:

“A gamificação me permitiu atrair adolescentes que não se interessavam pela biblioteca. Ao se envolverem nos jogos, eles criaram vínculo comigo e com o espaço, e isso abriu portas para projetos de leitura mais profundos.”

Escape rooms e novos leitores: a criatividade de Liége

No sul do país, Liége Alves também encontrou na gamificação um caminho para ampliar o alcance da biblioteca. Sua primeira experiência surgiu em 2022, quando ela propôs um *escape room* inspirado em Alice no País das Maravilhas. A atividade

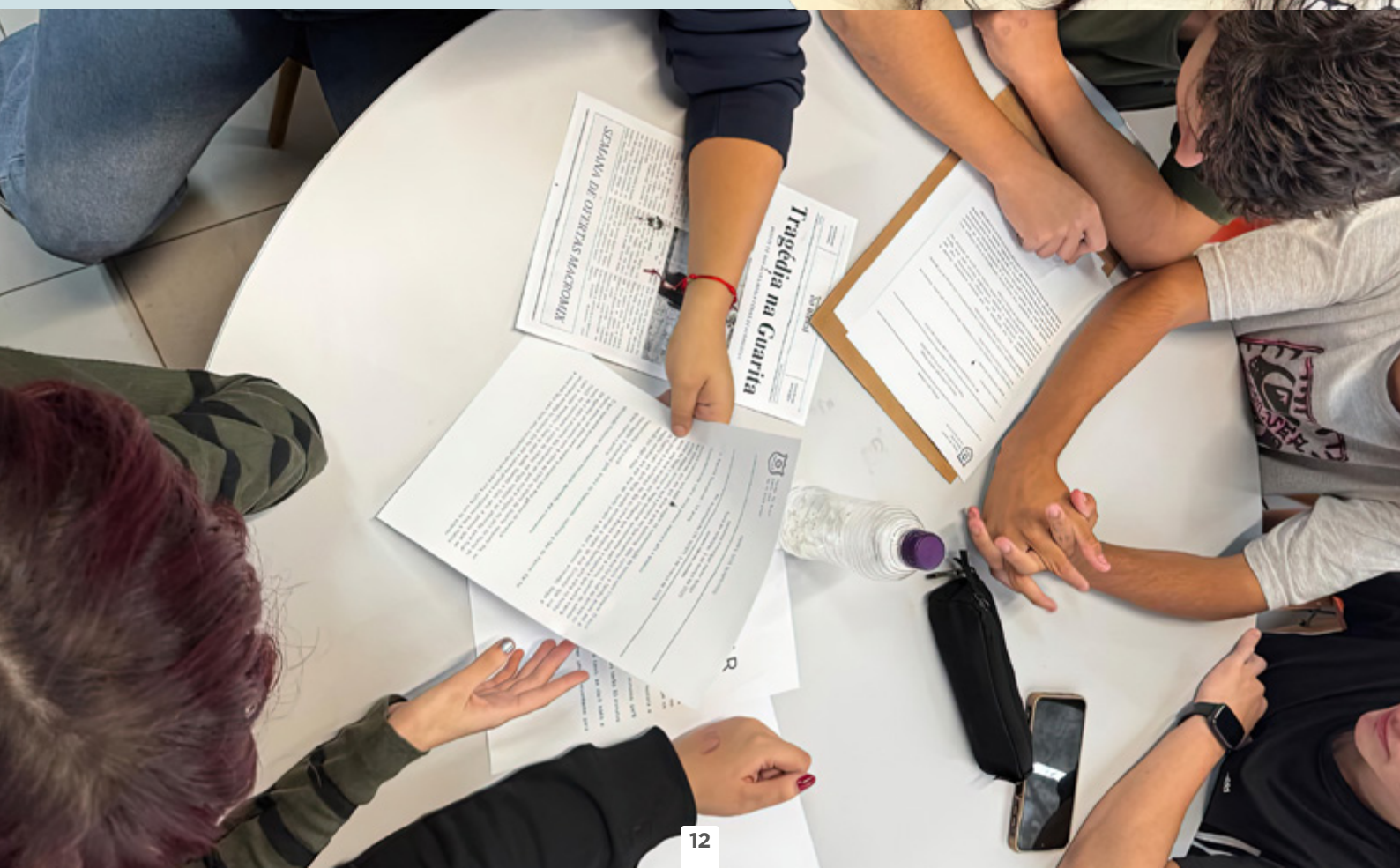
integrou literatura, enigmas e colaboração entre os alunos, que precisavam decifrar pistas para avançar no jogo.

O sucesso foi imediato: a atividade se espalhou por outras bibliotecas da rede e se consolidou como modelo para novas práticas. Liége destaca que a gamificação rompe estereótipos associados às bibliotecas:

“Ela quebra aquela ideia da biblioteca silenciosa e distante. A gamificação mostra que a leitura pode ser interativa, lúdica e surpreendente. Muitos alunos que antes não vinham, passaram a frequentar a biblioteca para jogar e, a partir daí, começaram a se interessar por diferentes livros.”

Além dos *escape rooms*, a bibliotecária incorporou jogos

Liége Alves





Resultados e desafios

Tanto Jonas quanto Liége, relatam ganhos significativos em termos de aproximação entre alunos e biblioteca. Projetos de gamificação, levaram estudantes a ler gêneros que desconheciam, escrever dezenas de resenhas e criar memórias afetivas ligadas ao espaço da biblioteca.

Mas o caminho não foi simples. Entre os principais desafios, eles apontam a conquista do apoio da gestão escolar e a necessidade de articular tempo de aula com professores. Superar a distância inicial entre bibliotecário e aluno também exigiu criatividade: enquanto Jonas recorreu ao universo *geek* para atrair jovens, Liége envolveu os docentes e transformou os jogos em experiências coletivas.

de tabuleiro e cartas ao espaço. Nos intervalos, os estudantes preferem ficar na biblioteca, em vez de usar o celular, criando um hábito de convivência saudável e um ponto de partida para a descoberta de novos gêneros literários. O reflexo foi visível no

aumento dos empréstimos e no contato dos jovens com obras que antes passavam despercebidas.

O futuro da gamificação

O uso de jogos e dinâmicas lúdicas nas bibliotecas escolares, já deixou de ser uma experiência isolada para se tornar uma estratégia replicável. O que se observa hoje, é um movimento crescente de bibliotecários



interessados em transformar suas práticas pedagógicas e de mediação de leitura.

Para Jonas, o futuro da gamificação exige cautela e intencionalidade. Ele alerta que a ferramenta não pode se restringir ao entretenimento:

“Ela motiva os estudantes a fazerem o que precisam, mas não pode se tornar apenas um passatempo. É preciso estimular também a maturidade da leitura, mostrando que os maiores prazeres vêm dos desafios mais complexos.”

Essa preocupação dialoga com um ponto central: a gamificação



“Ela atrai não só quem já é leitor, mas também quem nunca se interessou por livros. É esse público que precisamos alcançar.”

deve ser pensada como porta de entrada para percursos de leitura mais densos. A ideia não é apenas conquistar atenção imediata, mas guiar os jovens para gêneros, obras e experiências que ampliem seu repertório crítico.

Já Liége ressalta o potencial da gamificação, como estratégia de fidelização e inclusão:

Ao olhar para o futuro, a gamificação nas bibliotecas escolares brasileiras, aponta para três caminhos principais:

Integração curricular: jogos e desafios podem se articular com os conteúdos de sala de aula, criando conexões diretas entre literatura, história, ciências e artes.

Uso de tecnologias digitais: QR Codes, aplicativos e

realidade aumentada oferecem novas possibilidades, para enriquecer narrativas e expandir o espaço físico da biblioteca.

Formação leitora continuada: a gamificação precisa ser pensada como um ciclo, em que cada projeto desperta curiosidade para novos temas e prepara os alunos para enfrentar leituras mais complexas.

Em síntese, a gamificação tem futuro quando vista não como fim em si mesma, mas como estratégia de mediação que transforma a biblioteca em um espaço vivo, capaz de encantar, incluir e formar cidadãos leitores para além das páginas.

Um conselho para bibliotecários

Os dois profissionais reforçam que o segredo está no planejamento e no repertório. É fundamental conhecer jogos, estudar metodologias e buscar inspiração na literatura, para construir atividades significativas. Também é essencial envolver a comunidade escolar - direção, professores e funcionários - para garantir o sucesso dos projetos.

Por fim, a paixão é a chave. Como resume Jonas:

“O que me motiva é despertar brilho nos olhos dos alunos. Quando a leitura e o jogo se encontram, a biblioteca se transforma em um lugar de descobertas.”





60 anos

do Decreto de Regulamentação da Profissão de Bibliotecário

Entre memórias, identidade e futuro

Um marco na história da profissão

“Em 16 de agosto de 1965 era assinado o Decreto nº 56.726, que regulamentava a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Esse par de normas, dedicadas a regulamentar o exercício da profissão de bibliotecário, consolidava um esforço que vinha sendo gestado desde a década de 1930, quando a atividade da Biblioteconomia no Brasil se adensava com o aumento de escolas, eventos e organizações de classe.

Vivi intensamente esse momento. Em 1962, iniciava minha formação

como bibliotecária, concluída justamente no ano em que o Decreto foi publicado. Senti, como tantos colegas, o impacto imediato de reconhecimento e segurança jurídica. A profissão passava a ter sua atuação delimitada e protegida por lei, o que conferiu legitimidade ao nosso exercício. Foi uma vitória coletiva que consolidou a identidade do bibliotecário como agente indispensável da informação, da preservação da memória e do apoio às políticas educacionais e culturais.

Sempre enfatizei aos meus alunos que o mercado de trabalho para a

profissão é amplo. Basta conhecê-lo e se lançar, com competência técnica e ética, na construção de caminhos. A regulamentação nos ofereceu esse respaldo: estabelecer parâmetros técnicos, valorizar nossa categoria e fortalecer o papel social do bibliotecário como mediador da informação e da cidadania.”

Maria Lúcia Pacheco de Almeida, ex-presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, professora e pesquisadora com atuação destacada na Universidade Federal do Pará.

Laura Garcia Moreno Russo: liderança e legado

Qualquer balanço sobre esses 60 anos seria incompleto sem mencionar a primeira presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Laura Garcia Moreno Russo (1919-2011).

Bibliotecária formada pela FESPSP, foi uma das lideranças centrais na fase de implantação do sistema CFB/CRB.

“Não me sentiria à vontade de escrever o mínimo que fosse sobre a regulamentação sem mencionar Laura Russo. Tinha uma mente brilhante e inquieta, e seu esforço para garantir o reconhecimento da profissão não deverá jamais ser esquecido.” Afirmou Maria Lúcia Pacheco de Almeida.

Nos anos 1960, poucas mulheres ocupavam posições



de comando em conselhos profissionais no Brasil.

A eleição de Laura foi, por si só, um marco de

representatividade. Sua postura, firme e combativa, ficou marcada em diversos episódios. Em 1968, ao comentar a criação da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), insurgiu-se contra o fato de o cargo de direção ter sido atribuído a um norte-americano, em detrimento da bibliotecária brasileira Dináh Aguiar Población. A cena, lembrada por colegas, mostra a intensidade de sua defesa do bibliotecário brasileiro em espaços estratégicos.

O impacto inicial: entre entusiasmo e resistência

As memórias sobre os primeiros efeitos do Decreto mostram que não houve unanimidade. Maria Lúcia recorda aquele momento como a conquista de segurança jurídica e legitimidade, que deu orgulho e reconhecimento a uma geração de bibliotecários.



Já Antônio Agenor Briquet de Lemos, bibliotecário, professor universitário e presidente do CFB entre 1969 e 1972, recorda que, no Rio de Janeiro, o impacto foi recebido com reservas: *“A obrigatoriedade de registro, necessária em qualquer órgão de fiscalização profissional,*

muitos estados, a quantidade de profissionais era insuficiente até para cobrir as despesas mínimas de um conselho regional.

“O principal foi o processo de implantação de órgãos que dependiam da contribuição anual dos profissionais, em estados onde a quantidade deles estava muito

Durante sua gestão, Briquet destacou que a maior conquista foi garantir que o Conselho Federal permanecesse ativo, mesmo diante das dificuldades financeiras iniciais. A consolidação estrutural e a estabilidade do sistema CFB/CRB vieram posteriormente.



com o pagamento de anuidades, certamente contribuiu para que o impacto da regulamentação da profissão tenha sido mais de frieza e certa antipatia do que de regozijo pela conquista de um objetivo reivindicado pela maioria da classe.”

Essas percepções contrastantes mostram a riqueza de um processo histórico que foi, ao mesmo tempo, motivo de celebração e de questionamentos.

O início difícil do Conselho

Se o Decreto deu o respaldo legal, a implementação prática exigiu resiliência. Briquet descreve que os primeiros anos como uma *“primeira infância”* marcada pela precariedade. Em

alguém da massa crítica necessária à geração de uma receita mínima, para aluguel de uma sala e à contratação de um empregado.” destaca Antônio Briquet de Lemos.

Maria Lúcia reforça os desafios, além dos financeiros. Era preciso conscientizar a sociedade e as instituições, sobre a obrigatoriedade de contar com bibliotecários





habilitados e também fazer com que os próprios profissionais compreendessem o papel regulador dos Conselhos. Consolidar um espírito de pertencimento e participação foi, para ela, uma etapa tão difícil quanto a implantação administrativa.

Entre passado e presente: permanências e transformações

Ao longo dessas seis décadas, o desafio tem sido transformar letra de lei em realidade concreta. Nos anos 1960 e 1970, tratava-se de viabilizar os conselhos em meio à escassez. Hoje, trata-se de efetivar a presença do bibliotecário em bibliotecas escolares e comunitárias, ainda não garantida plenamente, apesar de prevista em lei.

Somam-se a isso os dilemas contemporâneos: digitalização, inteligência artificial, excesso de dados e desinformação. Briquet

observa que a era digital permitiu que bibliotecas e bibliotecários vissem realizadas antigas aspirações de coleta, organização e difusão do conhecimento. Mas, alerta: *“É urgente reinventar-se e preparar-se para enfrentar, com as armas da ciência e do conhecimento, os desafios colocados pelo fenômeno da desinformação e da produção artificial e monetizada de pseudoconhecimento.”*

Maria Lúcia complementa: *“Mais do que nunca o bibliotecário assume o papel estratégico da democratização da informação, promovendo a inclusão digital e assegurando que a tecnologia esteja a serviço da cidadania e da construção do conhecimento.”*

O futuro que se deseja

Briquet é cauteloso ao falar sobre o que virá: *“Recuso-me a fazer previsões. Ao olhar em retrospecto, quando, ainda adolescente, comecei a trabalhar como office-boy numa biblioteca médica (lá se vão 72 anos), sou obrigado a reconhecer que é impossível antever o que vai acontecer. Arrisco-me apenas a aspirar a que os colegas de hoje mantenham a disposição de se preparar e ajustar-se aos tempos futuros, disposição igual à que tiveram aqueles que conseguiram trazer, até esta zona de troca de bastão a chama das luzes contra a ignorância, o sectarismo e todas as formas de preconceito.”*





Maria Lúcia, por sua vez, aposta em protagonismo: *“Que cada bibliotecário reconheça o valor da sua atuação, mantenha-se em constante atualização e perceba que sua profissão é essencial para garantir que a informação seja um direito efetivamente acessível a todos.”*

Um legado em movimento

Sessenta anos depois, a regulamentação da profissão continua sendo mais do que um marco legal: é um símbolo de identidade coletiva, de lutas e de permanências. O Decreto de 1965 garantiu identidade

jurídica e institucional, mas a profissão se manteve relevante porque bibliotecários como Laura Russo, Maria Lúcia Pacheco de Almeida e Antônio Briquet de Lemos assumiram o compromisso de dar vida a esse marco, cada um a seu modo.

Se o passado mostrou que a regulamentação não se executa sozinha, o presente indica que o futuro dependerá da capacidade da classe de se reinventar diante das transformações tecnológicas e sociais. Manter a chama contra a ignorância, como pede Briquet, e reafirmar a informação como direito de todos, como defende Maria

Lúcia, são compromissos que atravessam gerações.

A história de 60 anos da regulamentação da profissão de bibliotecário não é apenas um resgate de memória. É, sobretudo, um chamado para que as novas gerações compreendam que a Biblioteconomia não existe apenas para organizar livros, mas para garantir que a informação continue sendo um bem público, essencial à cidadania, à democracia e ao futuro do Brasil.



Biblioteca escolar

desafios e perspectivas

As bibliotecas escolares no Brasil ainda enfrentam um desafio inicial e essencial: existir. Apesar de sua relevância para a formação educacional e cidadã, sua presença é estatisticamente pífia em grande parte das escolas, sejam elas públicas ou privadas. Essa lacuna estrutural compromete a qualidade da educação e impede que a biblioteca seja reconhecida como parte central do processo de ensino-aprendizagem.

Para Hamilton Oliveira, vice-presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e coordenador da Comissão de Bibliotecas Escolares, esses problemas estão interligados. *“Como uma biblioteca pode ser reconhecida, valorizada e incluída*

no processo educativo se ela sequer existe na maioria das escolas?”, indaga. A ausência, portanto, é o primeiro obstáculo a ser superado para que outros avanços se tornem possíveis.

Atuação estratégica da Comissão

A Comissão de Bibliotecas Escolares (CBE) do CFB tem buscado tratar o tema de forma articulada e estratégica. O trabalho parte da compreensão de que somente ações convergentes, em parceria com atores dos campos da educação, da ciência, da cultura e da gestão pública, podem mudar o cenário. A estratégia passa por sensibilizar lideranças políticas, movimentos sociais,

associações profissionais e gestores para que a biblioteca escolar seja entendida como um dispositivo que imprime qualidade à educação.

Um marco importante dessa articulação foi a criação do Grupo de Trabalho para a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, no âmbito da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. O GT reúne, além de representantes governamentais, parceiros fundamentais como FEBAB, ABECIN e o Instituto de Política Educacional e Trabalho Docente (INCT), e tem como missão discutir caminhos para tornar a biblioteca escolar uma realidade em todo o país.

Segundo Hamilton, a expectativa é que essa convergência fortaleça a defesa social da biblioteca escolar, colocando-a na pauta das políticas públicas e na agenda dos gestores da educação básica.

Inclusão e diversidade no ambiente escolar

A biblioteca escolar, além de ser espaço de aprendizagem e acesso à informação, deve cumprir uma função social de inclusão. Isso significa desenhar produtos, serviços e práticas que considerem a diversidade da comunidade escolar — estudantes com diferentes origens, condições sociais, necessidades especiais e contextos culturais.

Esse papel é ainda mais relevante em um país marcado por desigualdades. O acesso à informação, mediado pela biblioteca, contribui para garantir equidade educacional e ampliar a cidadania. Para Hamilton, trata-se de possibilitar que todos os estudantes



tenham condições adequadas de acessar o conhecimento e se reconhecer como sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

A inclusão, nesse sentido, não se limita a políticas de acessibilidade física ou tecnológica, mas envolve a formação de coleções plurais, o incentivo à leitura crítica e a valorização da diversidade cultural presente nas escolas.

Diretrizes e políticas públicas necessárias

Para que a biblioteca escolar deixe de ser exceção e passe a ser regra, são indispensáveis políticas públicas robustas. Isso envolve não apenas a obrigatoriedade de implantação, mas também a garantia de condições para que esses espaços funcionem de forma plena, com: acervo atualizado, infraestrutura adequada e presença de profissionais qualificados.

Hamilton reforça que, embora professores e outros colaboradores possam atuar no espaço, a biblioteca escolar não pode prescindir da gestão de um bibliotecário. A exigência é tanto legal quanto técnica, já que o bibliotecário é o profissional habilitado a organizar, planejar e potencializar o uso da informação no ambiente e no processo educacional.



O fortalecimento dessas diretrizes é essencial para que a biblioteca escolar seja vista como uma política de Estado e não como iniciativa isolada ou dependente da vontade de gestores locais.

Olhando para o futuro

O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), recentemente submetido à consulta pública pelos Ministérios da Cultura e da Educação, aponta como meta o crescimento de 10% na implantação de bibliotecas escolares. Ainda que modesta diante da carência nacional, essa projeção sinaliza um caminho possível de avanço.

A expectativa da Comissão é que, além da ampliação numérica, haja também

investimentos na qualificação de acervos analógicos e digitais, na formação de quadros técnicos especializados e na integração da biblioteca ao currículo pedagógico. O futuro das bibliotecas escolares, portanto, depende de uma visão que combine expansão e qualidade, conectando os espaços físicos às demandas da educação contemporânea e às novas práticas de leitura e informação.

Uma mensagem à categoria

Em um contexto global marcado pela desinformação e pela circulação de conteúdos não verificados, o papel do bibliotecário ganha relevância ainda maior. Hamilton ressalta que

bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia são profissionais comprometidos com a integridade da informação, seja no âmbito cultural, científico ou educacional.

“A cada dia, precisamos nos tornar importantes na dimensão dos desafios que enfrentamos. Precisamos assimilar que o nosso trabalho é essencial para o desenvolvimento humano e para a transformação social”, afirma.

A mensagem é um convite à reflexão e à ação: assumir a biblioteca escolar como espaço estratégico de resistência, existência, afirmação da identidade, formação crítica, promoção da cidadania e de desenvolvimento humano e social.



Olhando para o futuro

Vitória (ES) avança na universalização das bibliotecas escolares

A capital capixaba tem se destacado no cenário nacional pelo cumprimento da Lei nº 12.244/2010, que determina a universalização das bibliotecas em instituições de ensino públicas e privadas até 2024. Em Vitória (ES), o processo ganhou fôlego com a implementação de bibliotecas em todas as escolas da rede municipal, reforçando o papel da leitura e da informação como pilares da educação de qualidade.

A iniciativa coloca a cidade em posição de referência no país, mostrando que a construção de políticas públicas consistentes e o investimento em bibliotecas escolares são caminhos concretos para a promoção da cidadania e da aprendizagem significativa.

MEC define integrantes do SNBE

O Ministério da Educação (MEC) instituiu, por meio da Portaria SEB/MEC nº 116/2025, o Grupo de Trabalho para criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), previsto na Lei nº 14.837/2024.

Em outubro, o MEC publicou nova portaria com os nomes oficiais dos integrantes do GT, que reúne representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, além de entidades da área de Biblioteconomia. A medida reforça a construção de uma política pública integrada para fortalecer a presença das bibliotecas escolares no país.

Para acessar a portaria completa, [clique aqui](#)

Passo nacional

O MEC criou o Grupo de Trabalho do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), previsto na Lei nº 14.837/2024, e publicou nova portaria com os nomes dos representantes.

[Clique aqui](#) para acessar o Diário Oficial.